

PROPOSTAS APROVADAS NA PLENÁRIA DA 16ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO

EIXO 1 UNIVERSALIZAÇÃO DO SUAS – Acesso Integrado com equidade e Respeito às Diversidades	
ÂMBITO MUNICIPAL	
Proposta 1	Criar normativa de acessibilidade com prerrogativa de levar o atendimento social aos territórios indígenas, quilombolas e periféricos, a fim de assegurar o acesso ao público, que possui limitações digitais, bem como aos grupos específicos e prioritários* com diversas linguagens.
Proposta 2	Garantir formação continuada do SUAS para todas as equipes da rede socioassistencial de proteção básica e especial do município de São Paulo, contemplando as temáticas de diversidade dos públicos específicos e prioritários*
Proposta 3	Implantar e/ou ampliar serviços socioassistenciais, com base no Mapa da Desigualdade de São Paulo e COVS, garantindo o atendimento aos grupos específicos e prioritários* por meio de equipes multidisciplinares qualificadas e capacitadas para atuação com foco na equidade e no respeito às diversidades.
ÂMBITO ESTADUAL	
Proposta 1	Garantir que o CONSEAS realize o monitoramento e acompanhamento das propostas deliberadas nas Conferências de 2023 e 2025, para inclusão no planejamento estadual da assistência social.
ÂMBITO FEDERAL	
Proposta 1	Desburocratizar os processos de acesso aos serviços, benefícios e programas do SUAS, promovendo a unificação documental e implantando estratégias, como a inclusão digital e a oferta de facilitadores, a fim de garantir equidade no acesso e respeito à diversidade

EIXO 2 APERFEIÇOAMENTO CONTINUO DO SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional	
ÂMBITO MUNICIPAL	
Proposta 1	Publicar a revisão de 2023 da Portaria 46/SMADS/2010, e garantir a revisão da Portaria 47/SMADS/2010 de acordo com o IPCA.
Proposta 2	Realizar a reposição dos quadros de RH, via concurso público e contratação de equipes multiprofissionais em conformidade com NOB/SUAS/RH e garantir reajuste salarial, insalubridade, VR, VA, convênio médico e seguro de vida para todos os trabalhadores (as) do SUAS, para a rede direta e parceira.
Proposta 3	Unificar sistemas de informações já existentes dentro das suas especificidades para aprimorar o trabalho de gestão entre os Serviços da Proteção Social Básica e Especial, respeitando a LGPD e garantindo a participação e formação ativa dos profissionais na operacionalização deste sistema.
ÂMBITO ESTADUAL	
Proposta 1	Criar e Implantar uma legislação que assegure a regulamentação do SUAS na esfera Estadual de São Paulo.
ÂMBITO FEDERAL	
Proposta 1	Garantir a execução do pacto federativo no contexto do SUAS, com ênfase na NOB-RH/SUAS, com responsabilidades objetivas e articuladas por instância.

EIXO 3 INTEGRAÇÃO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e Inclusão Social (SUAS).	
ÂMBITO MUNICIPAL	
Proposta 1	Facilitar o acesso ao CadÚnico, com atendimento em todos os territórios, conforme demanda territorial, ampliando o número de cadastradores em toda as regiões, cadastros domiciliares, Vans itinerantes e postos de atendimento especializado para povos originários, imigrantes e comunidades tradicionais.
Proposta 2	Ampliar a rede de serviços da proteção básica e especial da rede direta e indireta, conforme estudo de vulnerabilidade, vazios socioassistenciais, garantindo os grupos específicos e prioritários*
Proposta 3	Publicar a revisão da tipificação dos serviços socioassistenciais (portaria 46/SMADS-2010) no município de São Paulo, de forma a atualizar e alinhar a oferta de serviços às demandas territoriais e normativas federais vigentes.
ÂMBITO ESTADUAL	
Proposta 1	Criar Lei que regulamente a política de assistência social em âmbito Estadual, assegurando a efetividade do SUAS, garantindo as ações de enfrentamento as situações emergenciais e de calamidade pública.
ÂMBITO FEDERAL	
Proposta 1	Aumentar a renda per capita do PBF para 1/4 do salário-mínimo e 1/2 salário-mínimo para BPC/LOAS e que os valores recebidos de um benefício não sejam computados para o recebimento do outro, e o valor pago de aluguel seja subtraído, ampliando também o BPC idoso para faixa etária a partir de 60 anos.

EIXO 4	
GESTÃO DEMOCRÁTICA, INFORMAÇÃO NO SUAS E COMUNICAÇÃO TRANSPARENTE: Fortalecendo a Participação Social no SUAS.	
ÂMBITO MUNICIPAL	
Proposta 1	Criar e implantar o Núcleo de Educação Permanente – NUEP Municipal com a participação de 25% de cada segmento, promovendo formação em direitos humanos descentralizada para os trabalhadores, usuários, Organizações Sociais e gestores de todos os serviços do SUAS.
Proposta 2	Implementar deliberação da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social, garantindo nova paridade nos conselhos (25% por segmento contemplando 30% para grupos específicos e prioritários*), maior representação das SAS/Territórios, audiências públicas descentralizadas com eleição no período da Conferência Municipal.
Proposta 3	Construir um plano de comunicação estratégico oficial para divulgação do SUAS, dando visibilidade aos serviços, programas, projetos e benefícios da política da assistência social através de tecnologias acessíveis, como redes sociais, rádio, tv, além de reuniões híbridas e grupos de WhatsApp.
ÂMBITO ESTADUAL	
Proposta 1	Assegurar a transparência de dados das transferências financeiras fundo a fundo e emendas parlamentares, em linguagem acessível, facilitando o controle social e fornecendo dados para a vigilância socioassistencial para o planejamento.
ÂMBITO FEDERAL	
Proposta 1	Organizar agenda das Conferências para disponibilização dos documentos em tempo hábil, alinhado ao Ciclo Orçamentário, de forma a garantir a execução das propostas aprovadas em conferência da Assistência Social.

EIXO 5	
Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS.	
ÂMBITO MUNICIPAL	
Proposta 1	Incluir cláusula nos Termos de Colaboração da SMADS com as OSCs parceiras que garanta reajustes anuais nos valores de repasse, abrangendo todos os itens de despesas, inclusive convenção coletiva trabalhista, aluguel, IPTU e custos indiretos, de acordo com a inflação/IPCA acumulado e dados do DIEESE.
Proposta 2	Vincular 5% do valor arrecadado dos tributos municipais para compor o orçamento da Assistência Social na LOM (Lei Orgânica do Município).
Proposta 3	Garantir orçamento para expansão da rede de serviços e programas, alinhados ao diagnóstico territorial, aos indicadores de vulnerabilidade, aos dados de COVS, aos vazios socioassistenciais, ao 3º Plano Decenal do SUAS e às deliberações das conferências.
ÂMBITO ESTADUAL	
Proposta 1	Destinar 10% do valor da arrecadação estadual inserindo-o na LDO para repasse à Assistência Social; dentre desse 10% reservar 1% para atendimento emergencial do SUAS.
ÂMBITO FEDERAL	
Proposta 1	Desvincular os Programas de Transferência de Renda da porcentagem garantida para a Política de Assistência Social, mantendo assim o orçamento integral para os Programas que integram a Política de Assistência Social.